



MINUTA de Deliberação Consema Normativa.../2010

De .. de de 2010.

..... Reunião Ordinária do Plenário do Consema

O Conselho Estadual do Meio Ambiente-CONSEMA, usando de sua competência legal, e considerando a necessidade de adequar a regulamentação das audiências públicas à Lei 13.507/2009, ao Decreto 55.087/2009 e a seu Regimento Interno, aprova a seguinte norma para solicitação, convocação e condução de audiências públicas:

DO OBJETIVO

Art. 1º - São consideradas audiências públicas as reuniões que têm como objetivo informar a sociedade e conhecer a opinião pública quanto a:

- I** - processos de licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades potencialmente causadores de significativo impacto ambiental;
- II** - criação de unidades de conservação;
- III** - qualquer outra questão de interesse ambiental.

DA OBRIGATORIEDADE

Art. 2º - As audiências públicas serão convocadas pelo secretário-executivo do CONSEMA sempre que:

- I** - a proposta de instalação de empreendimento ou atividade for submetida ao licenciamento ambiental por meio de EIA/RIMA;
- II** - o CONSEMA, mediante decisão motivada e deliberação específica, julgar necessário;
- III** - forem requeridas à Secretaria Executiva do CONSEMA, e acolhidas pelo órgão competente, por:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

a) Órgãos da administração direta, indireta e fundacional da União, Estados e municípios;

b) Organizações não governamentais, legalmente constituídas, para a defesa dos interesses difusos relacionados à proteção do meio ambiente e dos recursos naturais;

c) Por 50 (cinquenta) ou mais cidadãos, devidamente identificados;

d) Partidos políticos, deputados estaduais, deputados federais e senadores eleitos em São Paulo;

e) Organizações sindicais legalmente constituídas.

§ 1º São competentes para manifestação quanto ao requerimento de Audiência Pública a que se refere o inciso III do *caput*:

I - a CETESB para os casos previstos no inciso I do Artigo 1º;

II - os órgãos integrantes do SIEFLOR e os institutos de pesquisa da SMA para os casos previstos no inciso II do Artigo 1º;

III - o CONSEMA para os casos previstos no inciso III do Artigo 1º.

§ 2º - Se o pedido de audiência pública não for acolhido pelo órgão competente, a Secretaria Executiva do CONSEMA repassará ao solicitante as razões dessa negativa.

§ 3º - A convocação de audiências públicas será feita através do Diário Oficial do Estado de São Paulo, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias úteis.

DA ESTRUTURA DA AUDIÊNCIA E DA ORDEM DAS INTERVENÇÕES

Art. 3º - As audiências públicas são constituídas por uma mesa diretora, uma tribuna e um plenário.

I - A mesa diretora das audiências públicas tem a seguinte composição:

a) Secretário-Executivo do CONSEMA, ou seu representante;

b) Diretor de Licenciamento e Gestão Ambiental da CETESB, ou o diretor executivo da Fundação Florestal, ou o diretor-geral do Instituto Florestal ou o chefe do órgão responsável pela análise do projeto, programa ou atividade em discussão, ou seus representantes;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

c) Até dois membros do CONSEMA, escolhidos de comum acordo entre os conselheiros presentes à audiência pública.

II - O plenário é composto pelas pessoas presentes à audiência pública.

III - A tribuna é o espaço físico destinado aos oradores, devidamente inscritos e identificados para fazer uso da palavra.

§ 1º - As audiências públicas são presididas pelo secretário-executivo do CONSEMA, ou seu representante.

§ 2º - O diretor-executivo da Fundação Florestal e o diretor-geral do Instituto Florestal poderão compor conjuntamente a mesa diretora quando se tratar de iniciativa compartilhada de criação da unidade de conservação.

§ 3º - Serão reservados lugares no plenário para os representantes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, para os membros do CONSEMA, para a equipe técnica responsável pela elaboração do estudo, do plano, do projeto ou do programa, para o representante do empreendedor, para a equipe técnica dos órgãos oficiais envolvidos e para as demais autoridades presentes.

Art. 4º – As audiências públicas são organizadas em onze (11) partes:

1ª Parte – abertura no horário previsto no edital:

a) Saudação inicial e explanação das normas sobre o desenvolvimento da audiência, realizadas pelo secretário-executivo do CONSEMA, ou seu representante;

b) Esclarecimentos sobre o processo de licenciamento ou sobre o processo de discussão do projeto, programa ou atividade, feitos pelo diretor de Licenciamento e Gestão Ambiental da CETESB, ou o diretor-executivo da Fundação Florestal, ou o diretor-geral do Instituto Florestal, ou o chefe do órgão responsável pela análise do projeto, programa ou atividade, ou seus representantes;

2ª Parte – exposições sobre o projeto em discussão:

a) Empreendedor ou responsável pelo projeto, programa ou atividade em discussão, ou seu representante (15 minutos);

b) Equipe responsável pela elaboração do estudo técnico em discussão (30 minutos);

3ª Parte – manifestação de um representante do Ministério Público, estadual e/ou federal, local (5 minutos);

4ª parte – manifestação de representantes das entidades da sociedade civil (5 minutos para cada um);



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

5ª Parte – manifestação de pessoas físicas (3 minutos para cada uma);

6ª Parte – manifestação de representantes de órgãos públicos (5 minutos para cada um);

7ª Parte – manifestação dos membros do Conselho Estadual do Meio Ambiente e dos membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente (ou dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente) da área de influência direta do empreendimento, do projeto ou da atividade, impedida a duplicidade de manifestação (5 minutos para cada um);

8ª Parte – manifestação dos parlamentares (5 minutos para cada um);

9ª Parte – manifestação dos secretários municipais, dos prefeitos e dos secretários de estado (5 minutos para cada um);

10ª Parte – respostas e comentários:

a) empreendedor ou responsável pelo projeto, programa ou atividade em discussão, ou seu representante (até 15 minutos, prorrogáveis pelo presidente da mesa);

b) equipe responsável pela elaboração do estudo ambiental (até 15 minutos, prorrogáveis pelo presidente da mesa);

c) conselheiros do CONSEMA que estiverem compondo a mesa nos termos do Artigo 3º, inciso I, alínea c (10 minutos).

11ª Parte – encerramento, realizado pelo secretário-executivo do CONSEMA, ou seu representante.

§ 1º - Salvo disposição em contrário, cada pessoa inscrita terá direito a uma única manifestação, obedecida a ordem de inscrição.

§ 2º - A critério do presidente da mesa, os representantes dos órgãos do Poder Público poderão ser convidados a prestar esclarecimentos técnicos sobre o assunto objeto da audiência pública.

§ 3º - A critério do presidente da mesa, blocos de respostas poderão ser inseridos no decorrer da audiência, independentemente das respostas e comentários que acontecerão no final.

§ 4º - O tempo total do conjunto das manifestações mencionadas na 5ª parte não poderá exceder sessenta (60) minutos.

§ 5º - As manifestações referidas na 8ª e na 9ª partes são exclusivas de seus titulares, não sendo permitida a substituição por representantes ou assessores.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

§ 6º - A critério do presidente da mesa, poderá ser concedido tempo de até 10 minutos a um representante de entidades da sociedade civil que previamente se componham e se inscrevam conjuntamente para fazer uso da palavra na 4ª parte.

§ 7º - A critério do presidente da mesa, a palavra poderá ser concedida ao(s) inscrito(s) nas 8ª e 9ª partes, em qualquer momento da audiência depois das exposições previstas na 2ª parte, desde que este(s), por alguma razão maior declarada, não possa(m) aguardar a ordem de inscrição e de concessão da palavra preconizada por este Artigo.

§ 8º - As exposições de que trata a 2ª parte devem ser esclarecedoras, organizadas didaticamente, devendo ser usada linguagem compreensível para qualquer participante, evitando-se ou traduzindo-se os termos técnicos.

DA PUBLICIDADE E DO ACESSO ÀS INFORMAÇÕES

Art. 5º - São garantidos a publicidade e o acesso às informações das audiências públicas:

I - O empreendedor, a partir da data de protocolização na Companhia Ambiental do Estado de São Paulo-CETESB do estudo a que se refere o artigo 2 inciso I, fará publicar e divulgar em jornal e em outros veículos de comunicação, em especial de radiodifusão, notas informativas de abertura do prazo de 45 dias, para que seja solicitada audiência pública, nos termos da legislação vigente.

a) A publicação mencionada no inciso será feita, em corpo 7 ou superior, no primeiro caderno de jornal de grande circulação e em jornal da localidade onde se situa o empreendimento, conforme o seguinte modelo: (nome da empresa-sigla) torna público que, nos termos da Deliberação CONSEMA XXX encontra-se aberto o prazo de 45 dias, a contar desta data, para solicitação à Secretaria Executiva do CONSEMA de audiência pública relativa à (atividade e local).

a) O empreendedor enviará à Secretaria Executiva do CONSEMA a comprovação da publicação e divulgação das notas informativas.

II - Convocada a audiência pública, o empreendedor, ou o órgão ou a entidade responsável pelo programa ou projeto a ser discutido, deverá divulgá-la imediatamente e por, pelo menos, mais duas vezes antes da data de sua realização, por meio de jornal de grande circulação no Estado de São Paulo, pela imprensa e por outros veículos de comunicação locais, ou regionais, em especial de radiodifusão, e enviará à Secretaria Executiva do CONSEMA comprovação dessa divulgação.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

III - No período que intercorre entre a convocação e a realização da audiência pública, o órgão responsável pela análise do EIA/RIMA ou o órgão responsável pela elaboração e análise do estudo técnico em discussão mantê-lo-á no *sítio* da SMA, para conhecimento público e para que os interessados possam manifestar-se também pela Internet.

IV - O empreendedor, ou o órgão responsável pelo assunto em discussão, deverá, no município em que se realizar a audiência pública, colocar o estudo ambiental, o plano, o projeto ou o programa, em local de acesso público, à disposição de todos os interessados, durante o período mínimo de quinze dias úteis anteriores à realização da audiência e deverá dar ampla publicidade a respeito desse fato.

V - Durante a audiência pública será mantido no recinto pelo empreendedor ou responsável pelo assunto em discussão, para livre consulta dos presentes, pelo menos um exemplar do estudo ambiental, do plano, do projeto ou do programa em discussão.

DA ESCOLHA DO MUNICÍPIO E DO LOCAL

Art. 6º - As audiências públicas serão realizadas sempre no município ou na área de influência em que o empreendimento, a atividade, o plano ou o programa ou a unidade de conservação estiverem previstos para serem implantados, tendo prioridade para escolha o município onde os impactos ambientais forem mais significativos.

Parágrafo único - Se a área de influência abranger dois ou mais municípios, a Secretaria Executiva do CONSEMA, movida por solicitação da CETESB, do SIEFLOR ou por deliberação do CONSEMA, poderá convocar mais de uma audiência pública, podendo realizá-la também na Capital do Estado.

Art. 7º - O local da audiência, com condições adequadas de infraestrutura e de acesso público que resguardem a independência da reunião, será indicado pelo responsável pelo empreendimento, atividade, plano, ou programa ou unidade de conservação, e aprovado pela Secretaria Executiva do CONSEMA.

Parágrafo único - Para que seja resguardada a segurança dos participantes da audiência pública, só será permitida a entrada de pessoas no recinto até o limite de sua lotação.



DA PARTICIPAÇÃO

Art. 8º - As audiências são eventos públicos e permitem a participação de qualquer pessoa.

I - Serão convidados para participar das audiências públicas:

a) Os prefeitos e as Câmaras de Vereadores dos municípios da área de influência do empreendimento ou do assunto em exame;

b) Os membros titulares e suplentes do CONSEMA;

c) As entidades ambientalistas cadastradas na Secretaria do Meio Ambiente;

d) Os representantes do Ministério Público federal e estadual da área de influência do empreendimento ou assunto em exame;

e) O(s) órgão(s), a(s) entidade(s) ou o representante do conjunto dos cidadãos que tiverem solicitado a audiência pública.

II - Serão convocados, para manifestação na audiência pública, o responsável pelo empreendimento, atividade, plano, ou programa ou unidade de conservação, e o coordenador da equipe multidisciplinar responsável pela elaboração do estudo ambiental, assessorados pelos técnicos necessários ao completo esclarecimento da questão.

III - Participarão dos debates todos os presentes inscritos.

a) As inscrições, que também poderão ser feitas por meio de procuração, serão recebidas a partir do momento em que for aberto ao público o local da audiência.

b) As inscrições serão feitas em listas apropriadas, garantindo-se ao inscrito conhecer a ordem do seu pronunciamento, sendo que cada pessoa poderá inscrever apenas o próprio nome e ser também portadora de procuração de apenas mais uma pessoa.

c) Para inscrever-se como representante de entidade da sociedade civil ou de órgão público, o interessado deverá comprovar a legitimidade de sua representatividade, sendo permitida apenas uma inscrição para cada órgão ou entidade.

d) O presidente da mesa continuará recebendo inscrições para participação nos debates até 60 (sessenta) minutos após a abertura dos trabalhos, podendo ampliar esse prazo em caráter excepcional, por decisão motivada.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

IV Além do uso da palavra, garantido aos inscritos, as manifestações de apoio ou de reprovação poderão ser feitas com aplausos, faixas, cartazes etc., vedado o uso de apitos, de instrumentos acústicos ou de quaisquer meios que conturbem a discussão.

V Os interessados poderão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de realização da audiência pública, apresentar documentos relativos ao assunto objeto da audiência, a serem entregues diretamente no protocolo da CETESB ou da SMA ou a elas encaminhadas através de carta registrada.

DOS REGISTROS E DA ATA

Art. 9º - Serão feitos registros e lavrada ata das audiências públicas.

I - O empreendedor, ou responsável pelo projeto, programa ou atividade em discussão, providenciará o registro da audiência pública, por meio de gravação digital de imagem e som.

II - O Núcleo de Apoio Operacional da Secretaria Executiva do CONSEMA registrará a presença das pessoas participantes da audiência pública em livro apropriado, fazendo constar nome, órgão ou entidade que representa (quando couber), telefone, endereço de correio-eletrônico ou número de um documento;

III - O Núcleo de Documentação e Consulta da Secretaria Executiva do CONSEMA lavrará ata da audiência pública, da qual constarão: data, hora e local da audiência, síntese das intervenções dos participantes e relação dos documentos entregues à mesa durante a audiência.

§ 1º - O registro digital será entregue à Secretaria Executiva do CONSEMA, no término da audiência pública.

§ 2º - A transcrição do registro digital será elaborada pelo empreendedor e entregue à Secretária Executiva do CONSEMA em até cinco (5) dias úteis, contados da data de realização da audiência pública.

§ 3º - O registro da audiência pública será anexado ao respectivo processo técnico-administrativo em análise na Companhia Ambiental do Estado de São Paulo-CETESB ou nos órgãos da Secretaria do Meio Ambiente-SMA.

§ 4º - Todos os documentos apresentados à Mesa, mediante protocolo, serão anexados, para exame, ao respectivo processo técnico-administrativo em análise na Companhia Ambiental do Estado de São Paulo-CETESB ou na Secretaria do Meio Ambiente-SMA.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

§ 5º - A ata da audiência pública será apensada ao respectivo processo de licenciamento ambiental, de criação de unidade de conservação ou do assunto objeto da audiência.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10º - As despesas com a realização da audiência pública serão custeadas pelo empreendedor ou responsável pelo projeto, programa ou atividade em discussão.

Art. 11º - Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Deliberação 50/92, de 16 de novembro de 1992, a Deliberação 34/2001, de 27 de novembro de 2001, a Deliberação 27/2002, de 30 de outubro de 2002, e a Deliberação 07/2007, de 27 de fevereiro de 2007.